

Marcos Bergamo/Secom-MT



Redes de ensino deverão ter merendeiras habilitadas

Comissão de Educação aprova em decisão terminativa projeto que exige a presença de técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar. Proposta agora vai à Câmara

As escolas do país deverão ter em seus quadros técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar, os chamados merendeiros formados. É o que determina projeto aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Agora, a proposta será debatida pelos

deputados antes de virar lei. Na mesma reunião, a comissão também aprovou matéria que permite ao professor em tempo integral – atualmente fixado em 40 horas semanais – dedicar metade da carga horária a atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas na interação com os alunos. **4**

Merendeiras e alunos na Escola Estadual Rubens de Mendonça, em Cuiabá: a exigência da contratação de profissionais formados deve contribuir para a melhoria da qualidade da alimentação servida

Celso Amorim diz que Mercosul se articula para adotar união aduaneira **5**

Congresso deve votar Orçamento dia 22. Texto estará na internet no domingo **3**



Christina Aires (E), Nicolao Dino, Marina Silva, Volney Zanardi Junior e Cláudio Roberto Langone na CMA

Para especialistas, mudanças na política ambiental provocarão caos na fiscalização

Os participantes de audiência na CMA criticaram duramente a proposta que muda a Política Nacional do Meio Ambiente.

A senadora Marina Silva pediu que o projeto seja mais debatido e sua votação, adiada para a próxima legislatura. **7**

Perdão para dívidas de pequenos produtores do Norte passa na CRA **6**

Parlamentares participam de missa de ação de graças por trabalho legislativo

Em missa de ação de graças pelos trabalhos legislativos deste ano e pela legislatura que se encerra em janeiro, Sarney

considerou revolucionária a noção de fraternidade cristã. A celebração foi presidida por dom João Braz de Aviz. **2**



José Sarney (E), Michel Temer e Augusto Botelho durante missa celebrada pelo arcebispo de Brasília

Sarney exalta valores cristãos em missa de ação de graças

Arcebispo de Brasília celebra o encerramento do ano legislativo no Congresso Nacional. Presidente do Senado diz que fraternidade foi ideia revolucionária de Cristo

UMA MISSA DE ação de graças pelos trabalhos legislativos deste ano foi celebrada ontem, no Salão Negro do Congresso Nacional. Ao saudar a já tradicional cerimônia, que este ano também marca o fim da legislatura iniciada em 2007 e que termina em janeiro, o presidente do Senado, José Sarney, atribuiu a Jesus Cristo a noção de fraternidade e exaltou os valores cristãos.

– Essa talvez tenha sido a primeira ideia, o primeiro ensinamento revolucionário que Cristo trouxe à Terra. Naquele tempo de castas, escravos, nobres e pobres, Jesus disse: Todos somos filhos de Deus. Todos

somos irmãos.

Ao destacar a capacidade de Jesus Cristo de tratar de questões importantes de forma simples, Sarney fez um paralelo com o dia a dia do trabalho legislativo.

– Ele trouxe um ensinamento que talvez seja o mais difícil: perdoai os vossos inimigos – frisou, ao se referir a embates existentes no Poder Legislativo.

Também presente à missa, o presidente da Câmara, Michel Temer, destacou a importância da realização do evento anualmente.

– Nós, que aqui no Congresso Nacional tratamos muitas vezes



Entre o deputado Michel Temer e o senador Sarney, dom João Aviz chega para missa de ação de graças

com as coisas materiais, nos sentimos muito confortáveis com a oportunidade que temos com essa "relição espiritual".

Durante a homilia, o arcebispo de Brasília, dom João Braz de Aviz, pediu a valorização da fraternidade e saudou a chegada de uma mulher à Presidência da República pela primeira vez no Brasil.

– Temos confiança, pois a mulher é um dos símbolos mais profundos do amor, da vida.

Senado premia destaques em direitos humanos

O Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), divulgou os nomes dos cinco vencedores da primeira edição do prêmio. Vão receber a comenda este ano dom Pedro Casaldáiga, dom Manuel da Cruz, Marcelo Freixo, Wagner de La Torre e Antônio Roberto Cardoso.

Pedro Casaldáiga é espanhol, bispo emérito da Igreja Católica e vive desde 1968 no Brasil. Wagner de La Torre é defensor público em Taubaté (SP). O paraense Antônio Roberto Cardoso também é defensor público e especialista em direitos humanos. Dom Manuel da Cruz, natural do Ceará, atua com inspiração nas ideias de dom Helder. Já Marcelo Freixo é deputado estadual no Rio de Janeiro, em seu quarto mandato.

Durante a cerimônia de divulgação dos premiados, ontem, Marco Maciel (DEM-PE) e José Nery (PSOL-PA) foram eleitos, por aclamação, presidente e vice do conselho.

Marco Maciel e José Nery, eleitos ontem presidente e vice do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Helder Câmara, da CDH



Escolhidas as vencedoras do Diploma Bertha Lutz 2010

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, prêmio instituído pelo Senado para agradecer mulheres que tenham oferecido relevante contribuição na defesa dos direitos da mulher e nas questões de gênero no país, escolheu as cinco premiadas deste ano.

Foram 14 indicadas, e as vencedoras de 2010 são Maria Liège, Chloris Casagrande, Maria José Silva, Maria Ruth Barreto e Carmen Helena Foro.

Baiana, Maria Liège participa da Federação Democrática Internacional de Mulheres. A paraense Chloris Casagrande é pedagoga, ex-membro do Conselho de Educação do Pa-

raná e presidente da Academia Paranaense de Letras. Maria José Silva é piauiense e trabalha com cooperativas formadas por mulheres catadoras de materiais recicláveis. A psicopedagoga Maria Ruth Barreto é natural do Ceará e foi a primeira presa política do estado quando da instalação do regime militar. A paraense Carmen Helena Foro coordena movimentos sindicais e é secretária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag).

A solenidade de premiação será realizada no Plenário do Senado em março de 2011, durante as comemorações do Dia Internacional da Mulher.

Manual de fontes é lançado na Biblioteca

A Associação dos Bibliotecários do Distrito Federal, a Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado, e a editora Briquet de Lemos/Livros promoveram ontem o lançamento do *Manual de fontes de informação*, do professor Murilo Bastos da Cunha.

O autor disse esperar que seu livro venha a ser tão útil quanto o *Manual de fontes*

de información, da biblioteca argentina Josefa Emilia Sabor, que marcou gerações de estudantes e profissionais, não só pela proximidade como também pela facilidade de compreensão do castelhano, ao contrário das outras alternativas disponíveis, em inglês ou francês.

Murilo Bastos da Cunha é doutor em Ciência da Informação pela Universidade de

Michigan (1982), onde fez pós-doutorado em 1997. É bacharel em Biblioteconomia pela Universidade de Brasília (1968), com especialização em Biblioteconomia em Minas e Energia (1975) e mestre em Administração de Bibliotecas pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978). Atualmente, leciona na Faculdade de Ciência da Informação da UnB.

Adiamento

Por razões técnicas, os discursos de senadores proferidos em Plenário após as 20h de ontem serão publicados somente na edição desta sexta-feira.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Segunda sessão para discutir o CPC

11h O Plenário realiza a segunda sessão de discussão do novo Código de Processo Civil. A sessão é deliberativa. A pauta continua trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 14/10.

Presidência Balanço do governo Lula

11h O presidente do Senado, José Sarney, comparece à cerimônia de balanço de governo 2003-2010, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Às 15h30, participa da instalação da comissão de juristas para atualizar o Código de Defesa do Consumidor. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CAS Créditos para sentenças trabalhistas

9h O substitutivo a projeto que institui o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, que assegura o pagamento de créditos decorrentes de sentenças proferidas pela Justiça do Trabalho, consta da pauta da Comissão de Assuntos Sociais, que inclui 38 itens.

CDR Diretrizes gerais da política urbana

9h30 Na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, projeto que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. Na segunda parte da reunião, a comissão faz o balanço das atividades deste ano.

CRE Dois novos embaixadores em votação

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina os nomes de Frederico Salomão Duque Estrada Meyer e José Augusto Lindgren Alves para embaixadores em Marrocos e na Bósnia e Herzegovina, respectivamente.

CDH Novos direitos para deficientes

10h Projeto que amplia benefícios a pessoas com deficiência para dar prioridade de tramitação às causas judiciais está entre os 27 itens da pauta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

CCJ Debate sobre desempenho do BNDES

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania vota quatro projetos que aumentam o tempo de cumprimento das penas privativas de liberdade. Os senadores sabatinam Delaíde Alves Miranda Arantes, indicada para ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Às 14h30, audiência conjunta com a Comissão de Assuntos Econômicos para ouvir o presidente do BNDES, Luciano Coutinho.

CAE Dívidas dos agricultores em debate

10h Audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos para debater as dívidas dos pequenos agricultores com o Banco do Nordeste. Entre os convidados, o presidente do banco, Roberto Smith; e o vice-presidente da Federação das Indústrias da Bahia Reinaldo Sampaio.

Eleições Juristas discutem novo código

10h A comissão de juristas responsável pela elaboração do novo Código Eleitoral se reúne para discussão das propostas apresentadas nas audiências e para elaboração do relatório final.

Consumidor Comissão será instalada hoje

15h30 Instalação da comissão de juristas destinada a oferecer subsídios para a atualização do Código de Defesa do Consumidor. Em seguida, será realizada a primeira reunião administrativa do grupo.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Reunião na CMO define que valores reservados aos estados na Lei Orçamentária de 2011 serão recompostos pela média dos últimos três anos

Relatório final do Orçamento estará na internet dia 19

A relatora-geral do Orçamento de 2011, senadora Serys Slhessarenko, anunciou ontem que o relatório final do Orçamento de 2011 deverá estar na internet no próximo domingo, dia 19, para ser votado na Comissão Mista de Orçamento nas próximas segunda e terça-feira, e no Plenário do Congresso na quarta-feira. A proposta deverá ser apresentada à CMO nesta sexta-feira.

Conforme Serys, a redistribuição de R\$ 3,8 bilhões para o atendimento das emendas das bancadas estaduais será feita pela média dos valores repassados a cada bancada nos últimos três anos. A redistribuição foi feita a partir de reestimativa da receita, que prevê recurso adicional de R\$ 4,7 bilhões para o governo em 2011. A diferença entre esse valor e os R\$ 3,8 bilhões será destinada às emendas das comissões da Câmara e do Senado.

Serys pediu ainda que os parlamentares procurem os coordenadores de bancada para que os ajustes possam ser feitos até o meio-dia de hoje.



Serys prevê que Orçamento será votado pelo Congresso no dia 22

Sarney garante que prazo vai ser respeitado

O presidente da Casa, José Sarney, garantiu que o Orçamento da União para 2011 será votado até a próxima quarta-feira, de acordo com o cronograma acordado entre as lideranças partidárias no Congresso Nacional.

– Nós votaremos até o dia 22. Esse é o acordo feito pelas lideranças com os membros da Comissão de Orçamento, para que esteja tudo pronto de modo a terminarmos o Orçamento este ano – afirmou.

As duas mudanças na relatoria geral, ocorridas na semana passada, não afetarão os prazos para conclusão do Orçamento, assegurou Sarney.

– As ações estão normais dentro da CMO. Tudo está caminhando dentro da normalidade – assinalou.



Líder do governo, Romero Jucá (D) negociou com deputados representantes de bancadas estaduais a fórmula para fixação do valor das emendas

Fotos de Márcia Kolomey/Senado Federal

Acordo entre bancadas sobre emendas deve acelerar votação do Orçamento

AS EMENDAS AO Orçamento de 2011 em benefício dos estados serão recompostas pela média dos valores dos últimos três anos. O acordo foi fechado ontem entre a relatora-geral, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), e os coordenadores das bancadas estaduais. O entendimento selado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve acelerar a votação da proposta (PLN 59/10).

De acordo com Serys, os próprios coordenadores de bancadas ficaram encarregados de

fazer os ajustes até o meio-dia de hoje. Também presente à reunião, o relator de receita, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), explicou que a nova estimativa de arrecadação para o próximo ano, com acréscimo de R\$ 4,71 bilhões, viabilizou o acordo, pois deu mais folga para os ajustes.

Bruno Araújo disse que os estados não terão perdas com a recomposição dos valores pela média dos últimos três anos, mas lamentou que as transferências a eles destinadas sejam inferior

res a 40% das receitas federais. Ele afirmou que a concentração de recursos em poder da União é uma distorção federativa que o Congresso Nacional precisa resolver.

Prazos

Satisfeita com o resultado da reunião, que teve a presença também do presidente da CMO, deputado Waldemir Moka (PMDB-MS), Serys Slhessarenko reafirmou o cumprimento do cronograma da proposta, que prevê a votação final pelo

Plenário do Congresso até o dia 22.

Ela disse que, de posse dessa recomposição das emendas de bancadas até o meio-dia de hoje, vai se dedicar à elaboração do relatório geral, que deve ser fechado na sexta-feira e votado pela CMO na segunda.

A previsão otimista foi confirmada pelo relator de receita, que destacou o clima de entendimento entre as bancadas e disse que tudo indica que o país começará o próximo ano com o Orçamento aprovado.

Relator estima aumento de R\$ 4,71 bilhões na receita para 2011

Logo depois de o Ministério do Planejamento anunciar um erro de estimativa de R\$ 12 bilhões da arrecadação federal para 2011, o relator de receita da CMO, deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), chegou a uma conclusão oposta: a receita prevista para o próximo ano é R\$ 4,71 bilhões maior.

Na verdade, entre o envio do projeto ao Congresso Nacional, em 31 de agosto deste ano, e a reunião da CMO que aprovou o relatório de Bruno Araújo na segunda-feira, a estimativa da receita federal cresceu em R\$ 22,4 bilhões. Na primeira estimativa, aprovada em 3 de novembro, houve um acréscimo de receita de R\$ 17,7 bilhões.

Mesmo assim, o total da receita líquida projetada – R\$ 825,1 bilhões – corresponde a 21% do produto interno bruto (PIB) de 2011, de R\$ 3,9 trilhões. Essa projeção é inferior à feita pelo próprio governo para a arrecadação de 2010, que é de 21,9% do PIB.

Ajustes

O que fez o relator encontrar desta vez um acréscimo de R\$ 4,7 bilhões – e não um decréscimo de R\$ 12 bilhões, como previa o Ministério do Planejamento – foi uma série de novos cálculos.

Primeiro, um ajuste metodológico no cálculo da Contribuição para o Financiamento

da Seguridade Social (Cofins) produziu R\$ 850 milhões. Conforme o relator, a arrecadação da Cofins tem “boa aderência” ao PIB nominal – ou seja, quando o PIB sobe, a receita também cresce –, fato não levado em conta na proposta original do governo.

Bruno Araújo encontrou mais R\$ 2,2 bilhões nas operações com ativos da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Segundo ele, a receita com alienação de bens inservíveis apresenta um potencial de arrecadação extremamente favorável no próximo ano.

O relator acrescentou ao seu cálculo a expectativa de realização da 11ª rodada de

licitações para exploração de blocos terrestres e marítimos do atual regime de concessões de petróleo, uma receita adicional de R\$ 1,1 bilhão.

Depois de consultar a Agência Nacional do Petróleo (ANP), Bruno Araújo refez a estimativa de arrecadação de royalties e compensações financeiras para R\$ 2,51 bilhões a mais – dos quais R\$ 1,24 bilhão cabe à União e o restante, aos estados e municípios.

Finalmente, o relator descontou a perda de receita com a prorrogação da redução do IPI sobre material de construção até o fim de 2011 (R\$ 670 milhões) para chegar ao número aprovado na segunda-feira.



Deputado Bruno Araújo levou em conta receitas da Cofins e royalties do petróleo

De onde virá o dinheiro

Origem dos recursos considerados no acréscimo da estimativa de receitas (em R\$ bilhões)

ORIGEM	RECEITA
Cofins	+ 0,850
Operações com ativos da SPU	+ 2,2
Concessão de blocos para exploração de petróleo	+ 1,1
Royalties que cabem à União	+ 1,23
Redução do IPI	- 0,67
Total	+ 4,71

Projeto que determina a presença de técnicos ou tecnólogos em alimentação nas redes de ensino é aprovado em decisão terminativa e pode ir logo à Câmara dos Deputados

Incentivo à formação de merendeiras passa na CE

PROPOSTA QUE DETERMINA a presença, nas redes de ensino, de profissionais de alimentação escolar habilitados em cursos de nível técnico ou superior foi aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE), em decisão terminativa. Caso não seja interposto recurso para votação pelo Plenário, a matéria seguirá diretamente para o exame da Câmara dos Deputados.

Apresentado no início do ano pelo senador Flávio Arns (PSDB-PR), o projeto (PLS 28/10) acrescenta dois dispositivos à Lei 11.947/09 – que trata do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O senador observa que essa lei não faz menção aos merendeiros, “que foram, são e serão o sustentáculo do Programa

Nacional de Alimentação Escolar”. Ele salienta que tal omissão contrasta com o fato de que muitos merendeiros fizeram ou estão fazendo o Curso Técnico de Formação para os Funcionários da Educação (Profucionário).

Habilitação

Um dos dispositivos do projeto prevê, entre as diretrizes do programa de alimentação escolar, “a profissionalização do processo de aquisição, preparo, distribuição e avaliação da alimentação escolar, envolvendo gestores, nutricionistas e, nas escolas, técnicos em alimentação escolar devidamente habilitados como profissionais da educação”.

Outro dispositivo da proposição determina que, “para

o preparo e a distribuição dos alimentos, as redes de ensino contarão com profissionais da educação habilitados como técnicos ou tecnólogos em alimentação escolar, responsáveis, em cada escola, pela articulação da educação alimentar com seu projeto político-pedagógico”.

No parecer sobre a matéria, a senadora Fátima Cleide (PT-RO), também presidente da Comissão de Educação, apresentou duas emendas, “para deixar claro [na ementa e no artigo 1º do projeto] que os profissionais da alimentação escolar cuja presença será assegurada nas escolas podem ser habilitados tanto em nível técnico quanto em nível superior, conforme já dispõe, corretamente, o artigo 2º da proposição”.



Senadores Antonio Carlos Júnior e Roberto Cavalcanti em reunião da CAE

Adicional de insalubridade pode ser calculado sobre salário básico

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) estipula alíquotas e define que o cálculo do adicional de insalubridade deve incidir sobre o próprio salário do trabalhador. Pelo texto (PLS 294/08) de Paulo Paim (PT-RS), as alíquotas corresponderiam a 50%, 30% e 20%, segundo os graus máximo, médio e mínimo de insalubridade, salvo critério mais vantajoso estabelecido por convenção coletiva. No entanto, os senadores aprovaram emenda que reduziu os percentuais para 40%, 20% ou 10%, a depender do grau de insalubridade.

A alteração foi proposta pelo

relator, senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Segundo ele, esse ajuste se justifica diante dos já pesados encargos trabalhistas sobre os salários pagos pelas empresas. Sem o imposto de renda, ele diz que a folha de salário já é tributada entre 31,5% a 41,7%, a depender da atividade econômica, nesse caso com inclusão da contribuição previdenciária.

O projeto foi apresentado por Paim para suprir lacuna existente desde que o Supremo Tribunal Federal (STF), em 2008, considerou inconstitucional a utilização do salário mínimo como base de incidência do adicional de insalubridade.



Senadores da Comissão de Educação recebem alunos do Instituto Éden, do Riacho Fundo, cidade-satélite de Brasília

Apoio a alunos com deficiência e a professores em tempo integral

A CE aprovou ontem projeto que permite ao professor em tempo integral dedicar metade da carga horária a atividades de estudo, planejamento e avaliação. Também passou na comissão projeto prevendo atendimento educacional fora da sala de aula para alunos com deficiência impossibilitados de frequentar a escola. As propostas serão votadas na Câmara dos Deputados.

De autoria de Fátima Cleide (PT-RO), o PLS 397/08 visa assegurar aos profissionais do magistério no exercício da docência em regime de tempo integral [atualmente fixado em 40 horas semanais] metade da carga horária em atividades de estudo, planejamento, avaliação e outras não incluídas no trabalho de interação com os alunos.

O relator, Augusto Botelho (sem partido-RR), modificou o texto para acrescentar que, nos casos de menor carga horária, o profissional poderá dedicar um terço de seu horário às atividades de preparação e outras não incluídas na interação com os alunos. Antes de ir à Câmara, o projeto passará por exame suplementar na CE.

Augusto Botelho, por sua

vez, é autor do PLS 22/10, que prevê “atendimento educacional em local especial, na impossibilidade, devidamente atestada, de frequência a estabelecimento de ensino, em razão de deficiência”. O relator, Flávio Arns (PSDB-PR), acrescentou a determinação de que as escolas ofereçam recursos de Educação a Distância e outros que utilizem a internet.

Esportes olímpicos

Outra matéria aprovada foi o substitutivo de José Nery (PSOL-PA) a projeto (PLS 481/09) de Cristovam Buarque (PDT-DF). Pela proposta, “as escolas públicas de educação básica devem contar com instalações apropriadas para a prática de esportes olímpicos”.

A CE aprovou ainda três projetos autorizativos: PLS 520/09, de Marisa Serrano (PSDB-MS), para instituir o Programa de Centros Olímpicos; PLS 43/03, de Magno Malta (PR-ES), para criar o programa nacional de prática desportiva como prevenção da violência e do uso das drogas; e substitutivo de José Nery ao PLS 195/08, de João Vicente Claudinho (PTB-PI), para criar universidade em Esperantina (PI).

Aprovada criação de várias datas comemorativas

A CE aprovou ontem uma série de projetos de lei que instituem datas comemorativas. Os objetivos variam desde a atenção às crianças e aos adolescentes até homenagens a categorias profissionais. Algumas dessas propostas ainda terão de passar por votação na Câmara dos Deputados.

Cristovam Buarque (PDT-DF) é autor do PLS 170/10 (Dia Nacional da Educação Infantil, em 25 de agosto) e do PLS 306/09 (Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação, em 21 de novembro). Também foi aprovado o PLS 13/10, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que institui a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência, a ser celebrada na primeira semana de fevereiro. Essas três matérias vão à Câmara.

O PLC 108/10 cria a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida, entre os dias 25 e 31 de março. Ao contrário dos outros três textos, este já foi aprovado na Câmara.

Confira na página do Senado na internet a relação completa dos projetos aprovados: www.senado.gov.br.

Multa menor para entidades sem fins lucrativos

Entidades sem fins lucrativos podem ser incluídas na lista dos contribuintes que pagam multa mínima de R\$ 200 quando perdem o prazo para declarar o Imposto de Renda (IR). Atualmente, tais entidades são obrigadas a pagar R\$ 500. A medida está no projeto (PLS 653/07) também aprovado ontem pela CAE. O texto ainda prevê que, nos primeiros 180 dias após a publicação da lei, as entidades ficarão isentas da multa, desde que se regularizem perante a Receita Federal.

O texto é de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Foi formulado a partir de sugestão apresentada à comissão pela Federação dos Trabalhadores Circulistas do Estado do Rio Grande do Sul. Agora, a matéria voltará à Mesa diretora, que definirá os próximos passos da tramitação.

O relator, senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA), avalia que a multa de R\$ 500 é de fato muito elevada, já que a maior parte das entidades é de pequeno porte e sem muitos recursos.

Projeto dobra limite para microempreendedor

Hoje limitado a R\$ 36 mil anuais, o limite de receita bruta para que um empresário individual possa ser enquadrado como microempreendedor individual (MEI) pode ser duplicado para R\$ 72 mil. Apresentado pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO), projeto (PLS 195/10) com essa finalidade foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

As condições simplificadas de recolhimento de tributo pelo MEI foram criadas dentro do Simples Nacional, por lei aprovada em 2008, para estimular a formalização de microempreendedores. O optante pode recolher por meio de um único documento de arrecadação um total de R\$ 57,15 por mês, a título de contribuição para a seguridade social, ICMS e ISS. Gurgacz avalia que a adesão desses microempreendedores ao Simples ainda é “desalentadora”.

Depois da instituição do MEI, cerca de 750 mil pessoas formalizaram suas atividades nessa categoria, afirma o relator, senador Adelmir Santana (DEM-DF), número que ele considera expressivo. Com o PLS 195/10, diz o parlamentar, pode-se ampliar o alcance da legislação.

Cultivo e manejo sustentado do bambu terão incentivos

Projeto que cria a Política Nacional de Incentivo ao Manejo Sustentado e ao Cultivo do Bambu foi aprovada ontem pela CAE. A proposta (PLC 326/09) foi relatada pelo senador João Tenório (PSDB-AL). Agora seguirá para decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

O projeto institui incentivos ao cultivo e ao desenvolvimento tecnológico da produção de bambu, apontado como rico em proteína vegetal, fibras, aminoácidos, cálcio, fósforo e vitaminas, e capaz de prevenir câncer e doenças cardiovasculares. Serve ainda como matéria-prima para fabricação de papel e remédios.

Projeto que anistia evasão de divisas fica para 2011

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apresentou ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) voto favorável à aprovação de projeto que concede vantagens fiscais para facilitar a repatriação de bens e rendas que são mantidos por brasileiros no exterior. O autor da proposta (PLS 354/09), Delcídio Amaral (PT-MS), disse que, em uma avaliação preliminar e conservadora, chegam a US\$ 50 bilhões os recursos de brasileiros mantidos no exterior.

Garibaldi sugere a aprovação do projeto com 13 emendas ao texto original, uma proposta que Delcídio disse ter sido discutida com integrantes do Ministério da Fazenda, inclusive o ministro Guido Mantega, e com representantes de outras áreas do governo e do mercado.

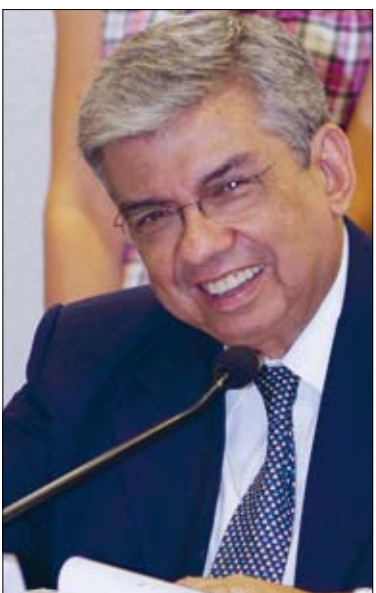
– Esse projeto passou por uma análise aprofundada de todas as modelagens utilizadas no mundo. Não é uma novidade brasileira. Isso já foi feito na Irlanda, na Rússia, na Alemanha, em estados americanos como Delaware e em países asiáticos – afirmou Delcídio.

Garibaldi concedeu vista coletiva, depois de proposta feita inicialmente por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), segundo o qual havia ressalvas ao projeto por parte de integrantes do Ministério da Justiça. Com isso, o projeto só voltará a ser examinado em fevereiro.

Alíquotas

Pelo texto original, os declarantes devem pagar a título de Imposto de Renda 5% sobre os bens e valores, mediante cota única, ou 10% quando a opção for pelo recolhimento parcelado em até dez parcelas. No entanto, mesmo no parcelamento, a alíquota pode cair para 5% caso parte dos recursos seja aplicada no país, via fundos de investimentos atrelados a projetos de infraestrutura, habitação, agrogêncio, inovação e pesquisa científica e tecnológica.

Com as mudanças sugeridas por Garibaldi, qualquer uma das duas alíquotas cairá pela metade se o contribuinte aplicar no mínimo 50% do valor dos bens e direitos em cotas de fundo de investimentos dirigidos às mesmas finalidades ou em bônus e títulos de dívida de empresas brasileiras no exterior.



Garibaldi Alves Filho recomenda aprovação do projeto e concede vista



Geraldo Mesquita Júnior (E), Celso Amorim, José Sarney e Eduardo Azeredo, na CRE: para o ministro, Mercosul é o motor da integração sul-americana

Celso Amorim prevê união aduaneira como o próximo passo do Mercosul

Em debate na CRE, ministro das Relações Exteriores enumera conquistas da diplomacia nos anos recentes e diz que consolidar o mercado comum permitiu ao país “outras ousadias” e uma mudança de patamar internacional

O MINISTRO DAS Relações Exteriores, Celso Amorim, disse ontem, ao fazer um balanço de seus oito anos no comando da política externa do governo Lula, que o Mercosul é “o núcleo dinâmico, o motor da integração sul-americana” e previu que o próximo passo a ser dado pelo mercado continental será a consolidação da união aduaneira.

Amorim participou de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE) para falar sobre a presidência do Brasil no Parlamento do Mercosul (Parlasul) e enumerou os principais resultados da política externa brasileira nos últimos anos.

– Consolidar o Mercado Comum do Sul nos permitiu ter outras ousadias. O Paraguai estar bem não era visto como

um jogo de soma zero [pela diplomacia brasileira] – disse. Ele também destacou o relacionamento do Brasil com a Índia, a África do Sul e as demais nações africanas, lembrando que aquele continente já é o quarto parceiro comercial do país, à frente de Alemanha e Japão.

Sobre a união aduaneira no Mercosul, Amorim citou os principais avanços obtidos, como a eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC); a busca por acordos de serviços, investimentos e compras governamentais com a União Europeia; acordos bilaterais de fronteiras; e a promoção do Mercosul Cidadão, com avanços na área social, como a emissão de vistos e passaportes.

Liderança mundial

A mudança de patamar do Brasil na comunidade internacional, observou o chanceler, resultou de um conjunto de fatores, entre os quais a consolidação da democracia, com eleições diretas que possibilitaram a eleição de um intelectual (Fernando Henrique), de um operário (Luiz Inácio Lula da Silva) e agora de Dilma Rousseff.

Amorim também lembrou a política de estabilidade econômica (governo Fernando Henrique) e crescimento econômico “não desprezível”. O ministro mencionou o crescimento econômico do Mercosul em 2010, de 7%.

– Quanto mais o Brasil crescer, mais terá problemas, mas também mais terá influência nas decisões que, de alguma

maneira, afetam nossos interesses – disse, em resposta ao senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), para quem os países desenvolvidos não podem ignorar o Brasil mesmo que o país não o tenha priorizado em sua política externa, ao investir na relação sul-sul e nos países pobres, a exemplo dos africanos.

Celso Amorim considerou o debate na CRE sobre a entrada da Venezuela no Mercosul ao longo de 2010 “às vezes incômodo, mas necessário”, profundo sem ser tecnocrático.

Em resposta a uma indagação do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sobre a mudança de postura dos parlamentares paraguaios e a votação pelo ingresso do país naquele parlamento, Amorim disse que, provavelmente, isso deverá ocorrer no início de 2011.

Senado inaugura busto de “avô” da diplomacia nacional

O presidente do Senado, José Sarney, e o chanceler Celso Amorim, participaram ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) do descerramento do busto de Alexandre de Gusmão (1695-1753), diplomata considerado o “avô da diplomacia brasileira”.

Seu principal feito foi encabeçar as negociações do Tratado de Madri, primeira tentativa de encerrar as brigas entre Portugal e Espanha a respeito dos limites de suas colônias na América do Sul. Pela representatividade de Gusmão para a ação internacional do Brasil, o busto, doado pela Fundação Alexandre de Gusmão, ganhou lugar cativo na CRE, presidida pelo senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Sarney ressaltou que Alexan-

dre de Gusmão foi responsável por um ato tão importante para a história do país quanto o Tratado de Tordesilhas, ao conceber com o Tratado de Madri, em 1750, o embrião das fronteiras brasileiras, onde o país exerceria seu domínio territorial, e que inclui até a Floresta Amazônica.

O presidente do Senado também elogiou a atuação de Celso Amorim, que, a seu ver, ajudou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a colocar o Brasil em outro patamar na política internacional, numa posição “mais elevada, respeitada e eficiente”.

Livros

Ontem também houve o lançamento de duas publicações que detalham o trabalho da CRE nos últimos dois anos.



Tratado de Madri, negociado por Gusmão, foi embrião das fronteiras nacionais

Venezuela e Mercosul – ciclo de debates reúne o material obtido com as audiências públicas, e Ação do Senado na di-

plomacia brasileira – coletânea de indicações de embaixadores – retrata os indicados para missões no exterior.

Deverão ser beneficiados agricultores familiares e mini, pequenos e médios produtores da área da Sudam que fizeram operações de crédito até 15 de janeiro de 2001 e cujos valores atualizados não ultrapassem R\$ 10 mil

Perdão de dívidas de agricultores da região Norte é aprovado na CRA

AGRICULTORES FAMILIARES E mini, pequenos e médios produtores da área da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), além de suas cooperativas e associações, podem ser beneficiados com o perdão de dívidas decorrentes de operações contratadas até 15 de janeiro de 2001 e que alcancem até R\$ 10 mil em valores atualizados.

A medida está prevista em projeto (PLS 237/10) do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovado ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), e que segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa. A proposta estende à região Norte benefícios já concedidos anteriormente aos produtores da área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

– Estamos fazendo justiça a esses pequenos agricultores do Norte que estão encontrando dificuldades para saldar suas dívidas ou renegociá-las – disse Flexa Ribeiro, logo após a aprovação do projeto na CRA.

De acordo com a proposta, serão anisteadas dívidas de operações com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), desse fundo em conjunto com outras fontes, créditos com risco para a União e financiamentos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Redução do ITR a partir do momento em que ocorrer calamidade

Os produtores rurais que tiverem perda de safras e pastagens devido a calamidades públicas poderão passar a pagar menos Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) a partir da data da verificação do prejuízo. É o que prevê projeto aprovado ontem na CRA e que segue agora para decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O autor, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), explica que a Lei 9.393/96 já assegura redução do imposto quando ocorre frustração de safra devido a eventos climáticos que resultem em calamidade pública. Mas leva ao entendimento de que o benefício começa a ser calculado a partir da decretação da calamidade pública, e não a partir da data em que o problema teve início.

O parecer de César Borges (PR-BA) foi lido na reunião pela senadora Kátia Abreu (DEM-TO), para quem a proposta é de extrema importância para atenuar as perdas dos produtores rurais.



Na reunião da CRA, Flexa Ribeiro, autor da proposição, recebe os cumprimentos de Jaime Campos

Só devem ficar de fora do perdão as operações atendidas pelo programa de securitização de dívidas rurais editado em 1995 (Lei 9.138/95) e as renegociadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos (Pesa).

Impacto

Devido à dificuldade de estimativa, a proposta não contém a previsão do impacto fiscal dos benefícios propostos. Flexa Ribeiro argumenta que essa exi-

gência da Lei de Responsabilidade Fiscal pode vir a ser cumprida após a aprovação da futura lei, pelo próprio Executivo, por meio de projeções via leis de diretrizes orçamentárias e projetos orçamentários anuais.

Jayme Campos (DEM-MT) observa, em seu parecer, que o projeto que havia autorizado antes o perdão para os produtores do Nordeste também não incluía essa estimativa e assim mesmo foi sancionado pelo Executivo, sem vetos.

Projeto modifica Lei dos Agrotóxicos para atualizar valor de multas

A chamada Lei dos Agrotóxicos (Lei 7.802/89) pode ser alterada para, conforme projeto de lei da Câmara (PLC 55/07) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), atualizar o valor de multas administrativas aplicadas aos infratores, diferenciando o montante a ser pago por pessoa física e jurídica. A proposta também retira o indexador para a multa penal – Maior Valor de Referência (MVR) – já extinto, adaptando-o ao regime de multa adotado pelo Código Penal.

O texto, que vai ao Plenário, mantém as penas de reclusão previstas na lei, ou seja, o empregador, o profissional responsável ou o prestador de serviço que deixar de promover as medidas necessárias de proteção à saúde e ao meio ambiente estará sujeito à pena de reclusão de dois a quatro anos. Se o delito for considerado culposo (sem intenção), a pena será de um a três anos de reclusão.

De acordo com a atualização promovida pelo projeto, a multa a ser aplicada

ao infrator agricultor, pessoa física, será de R\$ 10 mil, ou o seu dobro em caso de reincidência; e de R\$ 100 mil quando se tratar de pessoa jurídica ou responsável técnico.

Alimentos

O projeto também altera a lei para incluir entre os itens sob fiscalização do Estado os alimentos contaminados por agrotóxicos, que poderão ser condenados ou inutilizados, a exemplo do que já ocorre com os produtos tóxicos. Inclui também, entre os estabelecimentos que podem ser interditados, o imóvel rural onde tenha ocorrido a infração.

Na avaliação do relator, Jefferson Praia (PDT-AM), todas essas inovações representam importante contribuição à defesa do meio ambiente. Sugestão recebida da população, por meio do programa Alô Senado, foi acatada pela CMA. A proposta prevê a identificação de todos os agrotóxicos, componentes e afins por meio de código de barra.

CMA aprova política nacional para transporte público

A instituição de uma política nacional de mobilidade urbana que promova a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no município é o que dispõe projeto aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA). A proposta (PLC 166/10) receberá decisão terminativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O texto dispõe, em suas diretrizes, sobre a regulação dos serviços de transporte público coletivo e disciplina a concessão de benefícios e subsídios tarifários, a licitação para concessão e os reajustes tarifários.

Como observa o relator, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), prevê-se também a integração com as políticas setoriais de saneamento básico e de planejamento e gestão do uso do solo, a prioridade dos modos de transporte não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte coletivo sobre o individual e o incentivo ao uso de energias renováveis e menos poluentes. Flexa Ribeiro lembra ainda que o projeto determina a aplicação ao sistema de mobilidade urbana dos direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Dpvat poderá ser compartilhado com estados e municípios

Estados e municípios podem passar a receber diretamente parcela correspondente a 35% dos recursos gerados pelo Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (Dpvat) para uso exclusivo na assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidentes de trânsito, estabelece o PLS 16/08, aprovado ontem pela CAE.

O projeto, do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), sofreu mudanças pelo relator, João Vicente Claudino (PTB-PI). Sem alterar os 50% dos recursos do Dpvat que hoje cobrem pagamentos em caso de invalidez permanente ou mortes decorrentes de acidentes de trânsito, o texto redistribui a municípios e estados parte dos 50% que vêm ficando apenas com o Fundo Nacional de Saúde (FNS) para custear despesas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Pelo substitutivo aprovado, o FNS manterá apenas 15% dessa parcela, com o repasse de 15% aos fundos estaduais de Saúde e 20% aos fundos municipais de Saúde. A proposta será agora votada terminativamente pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que decidirá o formato final da divisão.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Acir Gurgacz • Marconi Perillo • Papaléo Paes • Cícero Lucena • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Rótulo terá de diferenciar água mineral de água com sais

O consumidor procura água mineral nas prateleiras do mercado e escolhe uma embalagem sem ler, nas letras miúdas do rótulo, que aquele produto é, na verdade, água comum adicionada de sais ou de vitaminas e minerais – todos industrializados. Para ajudar os compradores a não cometer esse equívoco, projeto de lei da Câmara (PLC 92/10) aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) obrigará a clara diferenciação entre os dois tipos de produtos.

O projeto, que segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e foi relatado pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM), define os tipos de água, as normas para rotulagem e os padrões de qualidade das águas adicionadas de produtos industrializados.

O rótulo, de acordo com o projeto, terá as expressões “Água adicionada de sais” ou “Água adicionada de vitaminas e minerais” impressas em tamanho que será, no mínimo,

a metade do usado para grafar a marca do produto.

Além disso, os rótulos devem informar as substâncias químicas adicionadas à água, em ordem decrescente de concentração, com as concentrações em miligramas por litro, a origem da água utilizada para produção e os processos para sua purificação complementar e desinfecção.

O projeto permite ainda a gaseificação de água adicionada de sais por meio da dissolução de dióxido de carbono, mas essa qualidade deve ser informada no rótulo. Por outro lado, ele não pode relacionar o produto a marcas ou tipos de águas minerais comercializadas, nem devem ser indicadas propriedades terapêuticas do produto.

A água usada na produção de água adicionada de sais e da água adicionada de vitaminas e minerais deve atender aos parâmetros de potabilidade exigidos no Brasil. Ela deve também passar por processo complementar de purificação que elimine todos os resíduos de cloro.



Relatório de Jefferson Praia foi aprovado ontem na Subcomissão da Água e propõe articulação com a ANA e os estados

“Subcomissão deve priorizar Política de Recursos Hídricos”

A Política Nacional de Recursos Hídricos deve ser executada pelos estados e, em gestão descentralizada, pelos comitês de bacias hidrográficas. A determinação está no relatório preliminar da Subcomissão Permanente da Água elaborado por Jefferson Praia (PDT-AM) e aprovado ontem.

Jefferson Praia afirma ainda ser fundamental que a subcomissão – presidida por Marisa Serrano (PSDB-MS) e vinculada à Comissão de Meio Ambiente – articule seus trabalhos com a Agência Nacional de Águas (ANA) e com os próprios estados. Entre os temas a serem trabalhados, estão as graves desigualdades regionais no acesso ao saneamento, a poluição hídrica decorrente de baixos índices de saneamento básico e a meta de reduzir o desperdício de água tratada nos sistemas de abastecimento – média nacional em torno de 40%.

Outra frente de atuação da Subcomissão da Água, segundo o relatório, será o monitoramento e a fiscalização da efetiva implementação, pelo Executivo federal, da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Lei de Di-

retrizes Nacionais para o Saneamento Básico (Lei 11.445/07). A aplicação de ambas garante melhores níveis de qualidade hídrica e um uso mais sustentável do meio ambiente.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 1989 a 2000, indicam, como observou o senador, que o total de municípios brasileiros contemplados por algum tipo de serviço de esgoto sanitário no período de 11 anos passou de 47,3% a 52,2%, “um incremento praticamente irrisório”, na avaliação dele.

O relatório recomenda ainda que as atividades da subcomissão devem pautar-se pela continuidade da participação em fóruns internacionais, importantes na orientação de legisladores em formulação de políticas públicas baseadas nas experiências e no diálogo com outras nações.

Jefferson Praia lembrou o início da preparação para o 6º Fórum Mundial da Água, a realizar-se em Marselha, na França, em 2012. Marisa Serrano deverá participar, em janeiro, da reunião preparatória para o encontro.



Representante do Ministério do Meio Ambiente (E) disse à senadora Marina Silva que alterações prejudicaram a proposta

Especialistas preveem caos na fiscalização ambiental

Convidados para debate no Senado criticam duramente proposta que define como a União, estados e municípios deverão interagir na proteção do meio ambiente

O PROJETO DE lei complementar que trata da Política Nacional de Meio Ambiente recebeu duras críticas de especialistas durante audiência pública realizada ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposta, do deputado Sarney Filho (PV-MA), define como a União, os estados e os municípios vão interagir e cooperar na fiscalização ambiental.

Apesar de considerar importante o projeto (PLC 1/10), o secretário-executivo substituído do Ministério do Meio Ambiente, Volney Zanardi Junior, criticou as alterações na proposta, que, para ele, poderão complicar as ações de fiscalização ambiental.

Ele explicou que a proposta original criava precedência hierárquica no que diz respeito à fiscalização. Com a mudança, poderão ocorrer casos em que o órgão federal de fiscalização ambiental terá de ser chamado porque os órgãos locais poderão ficar impedidos de atuar.

Ao impedir a atuação supletiva do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) na questões de interesse nacional, disse o procurador federal Nicolao Dino de Castro e Costa Neto, a proposta poderá colocar em

colapso a legislação ambiental. Em sua avaliação, o Ibama deverá agir sempre que houver omissão dos órgãos ambientais estaduais ou municipais.

– É contraditório pensar nos compromissos que o Brasil firma no plano internacional e ao mesmo tempo o ente central se despe de instrumentos de atuação – disse o procurador, ao observar que a atuação central e uniforme é uma tendência em vários países.

Desespero

Paulo Moutinho, diretor-executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), disse que a proposta poderá dificultar o cumprimento das metas acordadas pelo Brasil em tratados internacionais no que se refere à emissão de gases do efeito estufa.

– O caminho parece ser de esquizofrenia: nos colocamos na vanguarda internacional, mas, na base, damos passos para trás.

O coordenador-adjunto de Política e Direito Socioambiental do Instituto Socioambiental (ISA), Raul Telles do Valle, alertou que a proposta gera mais insegurança jurídica ao não possibilitar a cooperação entre os entes da federação em assuntos ambientais.

“Municípios e estados estão frustrados”

O consultor da Associação Nacional de Órgãos Municipais de Meio Ambiente (Anamma) Cláudio Roberto Langone disse lamentar que partes do acordo feito com a indústria e a bancada ruralista não tenham sido honrados na tramitação do projeto na Câmara dos Deputados.

– O sentimento de estados e municípios é de extrema frustração – disse, ao defender a criação de mecanismos que descentralizem o processo de licenciamento.

A representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Christina Aires, foi a única que defendeu a aprovação da proposta. Para ela, a definição de competências no que diz respeito ao licenciamento e à fiscalização ambientais já configura um avanço e oferece segurança jurídica aos empresários.

A audiência pública foi proposta pela senadora Marina Silva. O projeto tem como relator na Comissão de Meio Ambiente o senador Romero Jucá.

Marina pede votação só na próxima legislatura

Marina Silva (PV-AC) pediu às lideranças no Senado e às bancadas dos estados que não votem o projeto que muda a Política Nacional do Meio Ambiente. A senadora disse que a proposta (PLC 1/10), do deputado Sarney Filho, não foi discutida suficientemente.

Em sua avaliação, a aprovação da matéria causará um “desmonte” da legislação ambiental construída nos últimos 30 anos.

Marina também lamentou a ausência do relator da proposta, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), na audiência que discutiu a matéria ontem na CMA.

– O texto patrocina um retrocesso sem precedente. A votação ao apagar das luzes desta legislatura será precipitada – avaliou.

A senadora afirmou que, no caso da proposta do deputado Sarney Filho, a intenção era re-

gular o artigo 23 da Constituição e evitar indefinições quanto ao licenciamento ambiental para tornar o processo ágil. No entanto, observou, ao tentar conciliar, a sociedade civil e o governo permitiram modificações intensas na proposta.

– Não se perde a oportunidade para, nas várias leis e medidas provisórias, colocar emendas para destruir a legislação ambiental brasileira – disse.

CASAGRANDE FAZ BALANÇO DE SUA GESTÃO NA PRESIDÊNCIA DA CMA

Em sua despedida da presidência da Comissão de Meio Ambiente, Renato Casagrande (PSB-ES) lembrou que o colegiado reuniu-se 81 vezes em 2009-2010 e aprovou 22 projetos de lei da Câmara, 23 do Senado e 127 requerimentos. Entre as proposições aprovadas, o senador destacou o PLC 283/09, que instituiu a Política Nacional

sobre Mudança do Clima (Lei 12.187/09) e o PLS 354/89, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/10). Na área de defesa do consumidor, o senador lembrou a criação de grupo de trabalho que realizou ciclos de debates. A CMA realizou também nesse período 37 audiências públicas e instalou três subcomissões.

Mais quatro senadores em fim de mandato despedem-se dos colegas

Na penúltima semana de atividades legislativas do ano, mais quatro senadores em fim de mandato se despediram dos colegas ontem, no Plenário. Papaléo Paes deixa a Casa após ter tentado a reeleição no Amapá. Ele

destacou sua luta pela saúde. João Tenório – suplente do governador reeleito de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, cujo mandato original de senador termina em fevereiro – lembrou a defesa do fim das desigualdades regionais. Os outros

dois são Renato Casagrande (ES) e Marconi Perillo (GO), que nas eleições passadas conquistaram o governo de seus estados. Casagrande disse que no Senado conquistou maturidade e Perillo destacou o confronto de ideias.



Papaléo destaca o fato de ter feito mais de mil discursos no Senado



João Tenório ressalta o desejo de buscar ética, justiça e eficiência



Casagrande foi relator do projeto do novo Código de Processo Penal



Marconi sente-se honrado pela participação na mudança dos códigos

Papaléo lembra trabalho feito na área da saúde

Após definir o mandato de senador como o período mais importante da sua biografia política, Papaléo Paes (PSDB-AP) se despediu ontem apresentando um balanço dos oito anos em que representou o Amapá.

– Os principais eixos que conduziram a minha atuação nesta Casa são a defesa incondicional do Amapá, a defesa incondicional de todo cidadão brasileiro, a luta por melhorias na saúde pública, e a defesa da instituição Senado como importante pilar de nossa democracia – afirmou.

Papaléo, que é médico, afirmou que em seus mais de mil discursos tratou de temas importantes para os brasileiros, principalmente das questões que envolvem a saúde pública. Dos 54 projetos de lei que apresentou, pelo menos uma dúzia relaciona-se diretamente a esse tema.

Ele destacou sua iniciativa que resultou na criação da Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde da CAS, onde “importantes discussões” sobre o tema foram travadas.

Dezesseis senadores apartaram Papaléo para destacar seu empenho e dedicação no exercício do mandato.

Tenório: empenho na redução de desigualdades

Perto da conclusão do seu mandato, o senador João Tenório (PSDB-AL), que assumiu, em 2007, como primeiro suplente do atual governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, disse ter empreendido uma busca intensa pela redução das desigualdades regionais durante a atuação parlamentar.

– Quatro anos se foram, deixando rastros ora de decepções, vezes de esperança, mas sempre intenso no desejo de buscar as eternas e distantes ética, justiça, eficiência – disse.

Ao avaliar os últimos quatro anos do governo Lula, o senador afirmou que, à custa de um “esbanjamento desenfreado”, o Brasil viveu um período de intensificação do mercado interno e de crescimento da máquina pública. No entanto, recentes anúncios de cortes no Orçamento e de aumento do compulsório bancário podem inverter o processo.

Para José Tenório, apesar de acertos pontuais, o Executivo demonstrou incapacidade de gestão, o que pode ser observado na situação dos aeroportos, das rodovias e dos portos e pelo colapso da saúde e da segurança.

– Vivemos um apagão generalizado na gestão pública.

Casagrande diz que experiência no Senado foi vital

Eleito governador do Espírito Santo, o senador Renato Casagrande (PSB-ES) fez um balanço dos quatro anos de mandato.

Ele atribuiu sua vitória à campanha que realizou e, principalmente, à sua história política e pessoal. O mandato como senador talvez seja a parte “mais importante dessa história”.

– Saio profundamente transformado pelas experiências que vivi – afirmou.

O senador disse se orgulhar de sua contribuição para a criação do Portal da Transparência, que permite à sociedade acompanhar em tempo real os gastos públicos do Senado; e das 117 proposições que apresentou, como o projeto que trata das normas gerais de finanças públicas e o que resultou na criação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Relator de 363 matérias, a maior parte relativa a projetos sobre direito do consumidor, proteção ambiental e estímulo às atividades de cooperativas e de pequenas e microempresas, Casagrande presidiu ainda a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), tendo assumido também a relatoria do projeto do novo Código de Processo Penal.

“Aprendi muito. Me sinto realizado”, diz Marconi Perillo

“Não faça da tua vida um rascunho. Poderás não ter tempo de passá-lo a limpo.” Com essa frase, do poeta Mário Quintana, o senador Marconi Perillo (PSDB-GO) deu início ao seu discurso de despedida. Eleito governador de Goiás, o 1º vice-presidente do Senado contou com a presença em Plenário, além dos senadores, de vereadores, prefeitos, deputados estaduais e federais de Goiás, bem como do vice-governador eleito, José Eliton, e do suplente de Perillo, o futuro senador Cyro Miranda.

Em apartes, 27 senadores elogiaram a trajetória do colega e lhe desejaram sucesso e boa sorte à frente do governo goiano.

– Cheguei aqui animado, cheio de ideias, de sonhos e de projetos e, hoje, ao me despedir, confesso que me sinto realizado. Aprendi muito – disse.

Marconi declarou-se honrado por ter sido sub-relator do projeto do novo Código de Processo Penal e do projeto do novo Código de Processo Civil. Lembrou que foi membro do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, da Comissão Mista de Orçamento e de outras sete comissões permanentes.

Novo CPC tem primeiro dia de debates

A figura dos conciliadores e dos mediadores judiciais deve se tornar peça-chave no combate à morosidade da Justiça, ressaltou ontem o relator da reforma do Código de Processo Civil (CPC), senador Valter Pereira (PMDB-MS), durante a primeira sessão de discussão do projeto (PLS 166/10) no Plenário do Senado.

Como lembrou o senador, esses personagens terão atuação destacada entre as chamadas “formas alternativas de resolução de conflitos”.

– A participação do réu não começará com a contestação, mas, sim, na audiência de conciliação. Com isso, haverá uma tentativa de solução amigável, com a ajuda dos conciliadores e mediadores. Frustrada a conciliação, o réu terá prazo para apresentar a sua defesa – explicou.

Um dos relatores parciais do PLS 166/10, o senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) considerou a adoção do processo de conciliação como norma básica da prestação jurisdicional uma das medidas mais importantes do novo CPC.

– Isso vai evitar o prolongamento dos processos na Justiça – avaliou.

Balanco

Além de assinalar algumas inovações do substitutivo, Valter Pereira fez um balanço do trabalho da comissão especial de senadores que se debruçou sobre o anteprojeto do novo CPC, elaborado por uma comissão de juristas.

Durante quatro meses – de agosto a dezembro de 2010 –, esses senadores realizaram dez audiências públicas, analisaram 829 e-mails e 106 notas técnicas com sugestões da sociedade civil, examinaram 58 projetos de lei da Câmara e do Senado relativos ao assunto e 220 emendas apresentadas ao PLS 166/10.

– Jamais na história um projeto de código passou por tamanha consulta popular. Do cidadão mais simples ao mais prestigiado e culto jurista, todos puderam opinar – comentou.

O senador Acir Gurgacz (PDT-RO) expressou sua convicção de que o novo Código de Processo Civil “está bem próximo daquilo que a sociedade espera”. A segunda sessão de discussão acontece hoje, às 11h.



Mozarildo afirma que secretaria de Educação é “balcão para corrupção”

Mozarildo quer fiscalizar gastos com educação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou ontem que vai pedir ao Tribunal de Contas da União (TCU), ao Ministério Público Federal (MPF), à Controladoria-Geral da União (CGU) e a outros órgãos de fiscalização para que apurem os gastos na área de educação em seu estado.

Mozarildo informou ontem, com base em reportagem, que os alunos de Roraima ficaram em 20º lugar entre os 20 mil brasileiros que participaram do

Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) 2009. O estado teria sido o segundo que mais investiu em educação no Brasil no mesmo período.

Segundo o senador, o Distrito Federal, que mais investiu em educação (R\$ 4,8 bilhões), foi também o mais bem avaliado no programa. Nessa lógica, ele avalia que a colocação de Roraima poderia ter sido melhor.

– O meu estado foi o segundo que mais investiu, com R\$ 4,3

bilhões. Ora, se esse investimento fosse proporcional, Roraima deveria ocupar o segundo lugar na pesquisa e não o 20º lugar – afirmou.

Para Mozarildo, as escolas de seu estado “estão caindo aos pedaços, os professores são mal remunerados e o transporte escolar está um caos”.

– A secretaria de Educação se transformou num balcão para fazer a corrupção e está aí o resultado.



Valter Pereira: projeto passou por uma intensa consulta popular